

**EU QUERO  
OUTRA ESCOLA**

# 23º CONGRESSO DA UMES

**EM DEFESA DA ESCOLA  
PÚBLICA E DE QUALIDADE.**



No dia 30 de maio será realizado o 23º Congresso da UMES e convocamos todos os estudantes a participarem desse processo dentro das escolas através dos grêmios estudantis para fortalecermos cada vez mais a nossa atuação em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e também do nosso país.

Estamos vivendo um ano especial para a história do movimento estudantil brasileiro. Há 50 anos, com o apoio direto do governo norte-americano, o Brasil sofreu um golpe militar que assolou o país por duas décadas. Quatro anos após o golpe, em 1968, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado pela ditadura sendo o estopim para a grande Marcha dos 100 mil, que reuniu estudantes, trabalhadores, artistas e diversos segmentos da sociedade em defesa da redemocratização do país. No ano passado, em 2013, comemoramos os 60 anos da criação da Petrobrás, que só foi possível devido à luta do povo brasileiro contra os cartéis internacionais que insistiam em dizer que não havia petróleo no Brasil.

Ainda na década de 40, os estudantes secundaristas e universitários tomaram o país com a campanha "O Petróleo é Nosso!". O resultado foi a criação da Petrobrás pelo presidente Getúlio Vargas, em 1953, que garantiu que o petróleo seria dos brasileiros e a riqueza que dele viesse se transformaria em investimentos para a construção de um Brasil melhor. A criação da Petrobrás permitiu a descoberta do pré-sal em 2006, durante o governo Lula. As reservas de petróleo na camada do pré-sal são gigantescas, muito maiores que todas outras descobertas da Petrobrás em toda sua história.

A garra do movimento estudantil permitiu que grande parte dos recursos do pré-sal sejam destinados a educação, ampliando de maneira importante o orçamento da área. No entanto, contra tudo o que havia sido afirmado durante a sua campanha eleitoral, a presidente Dilma entregou 40% do Campo de Libra para o cartel estrangeiro formado pela Shell e Total. E essa entrega só não foi maior graças à mobilização do movimento estudantil. Nos mobilizamos para impedir a entrega de Libra, enfrentando mais de mil guardas da Força Nacional e soldados do Exército.

Nossa luta agora é barrar a continuação dessa política de entrega das nossas riquezas desenterrada pelo governo Dilma. Já foram entregues aos gringos aeroportos, portos e estradas. Ao mesmo tempo o governo pratica uma política que drena bilhões e bilhões de reais da educação, saúde, infraestrutura e salários, transferindo tudo para os banqueiros.

Neste congresso a pauta principal é a defesa da educação pública! Lutamos pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita no

Congresso Nacional há três anos. Enquanto setores do governo defendem os interesses dos grandes grupos educacionais privados, na sua maioria estrangeiros, que vêm abocanhando as nossas escolas e universidades, a UMES e as entidades da educação do país defendem que 10% do PIB sejam investidos em educação pública, garantindo assim a melhoria da nossa escola, com mais estrutura, mais salários aos professores, e uma educação verdadeiramente voltada aos interesses do Brasil!

**TODOS AO  
23º CONGRESSO DA  
UMES!**



## PELA VOLTA DO DIREITO A MEIA-ENTRADA

Após a nefasta MP 2208, publicada em 2001, qualquer papel passou a servir para comprovar o direito do estudante à meia-entrada, e as fraudes cresceram de maneira absurda. Por isso dobraram os valores de ingressos, fazendo com que os estudantes paguem inteira e os trabalhadores que não recorrem às falsificações paguem o dobro.

Para enfrentar essa situação foi construída uma grande frente que reuniu estudantes, artistas, empresários, personalidades políticas e governo, para trazer de volta essa conquista histórica dos estudantes brasileiros através da aprovação do chamado PL da Meia-entrada, de autoria do ex-senador Eduardo Azeredo, relatado pelo deputado paulista Vicente Cândido e agora em tramitação no Senado. Pela lei, todos os estudantes passarão a ter direito a meia-entrada, através da carteira de estudante emitida pela UNE, UBES, ANPG, todas as entidades estaduais, municipais e DCE's do país. A carteira terá o layout de um lado único para todo o país, e o outro será ocupado pelas entidades locais.

O projeto garante meia-entrada para no mínimo 40% dos lugares nos eventos culturais, esportivos e de lazer. No caso da cidade de São Paulo, onde a lei da meia-entrada é a mais bem sucedida do

país, os lugares reservados são 30% do total, e o percentual de estudantes em relação ao conjunto da população é de aproximadamente 31%. A lei, portanto, é justa, garante aos estudantes o direito a meia-entrada de fato e permite a classe artística não ter nesse direito uma ameaça a sua sobrevivência financeira.

Além de acabar com as fraudes, o projeto devolve ao movimento estudantil o seu principal instrumento de financiamento, autonomia e organização. Foi, aliás, esse o único motivo que levou Paulo Renato, ministro da Educação de FHC, a editar essa medida provisória. Tentar calar as entidades que foram o maior obstáculo a sua política de sucateamento da educação brasileira.

O tiro saiu pela culatra, pois 12 anos depois da MP, as entidades se mantêm firme e forte, mas o direito a meia-entrada deixou de existir de fato em nosso país.

Recentemente aprovamos a 1ª lei federal de meia entrada, que vai garantir que todos os estudantes do Brasil possam exercer seu direito, de forma plena e real. Defendemos a imediata regulamentação da lei pela presidente Dilma, para que o direito seja válido em todas as cidades brasileiras.

## PNE: 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação pública sofreu, durante os oito anos do governo de FHC, com uma orquestrada política de sucateamento e desmonte. A escola pública foi desmantelada, os professores desvalorizados, foi proibida por lei a criação de novas escolas técnicas e as vagas nas universidades foram reduzidas, de forma que aqueles que passavam no vestibular tinham enorme dificuldade em pagar as altíssimas mensalidades. O governo Lula começou a mudar essa realidade e tomou importantes iniciativas. Foram criadas cerca de 600 mil vagas nas universidades federais; 214 novas escolas técnicas; os professores conquistaram o piso nacional salarial da categoria e foram criados instrumentos complementares no processo e democratização do acesso ao ensino superior, como o ProUni e o novo FIES, com menos burocracia e juros mais baixos. Porém, ao invés de acelerar o projeto iniciado por Lula de expansão das universidades e escolas técnicas federais, a presidente Dilma resolveu puxar o freio de mão. Paralisou a expansão do ensino público superior e técnico, estrangulou os recursos para as obras que estavam em andamento e, como se não bastasse, desviou esses recursos para uma nova prioridade: o ensino pago através de financiamentos e isenção de impostos a grandes grupos, principalmente estrangeiros, que vêm abocanhando cada vez mais universidades e escolas no nosso país.

A escola pública vai de mal a pior. Não possui estrutura, remunera mal seus professores e, conseqüentemente, não ensina.

Segundo o censo do ensino básico aplicado pelo Ministério da Educação, das quase 142 mil escolas públicas de ensino fundamental e médio do Brasil, 54% não possuem laboratório de informática, 73% não têm uma quadra para a prática esportiva, 47% não têm sala de professores e 83% não têm biblioteca. Em relação aos professores, o que vemos é que a média salarial do ensino básico é 38% menor que a de outros profissionais com formação superior. A qualidade do ensino médio e fundamental foi privatizada, quem quer ter uma boa escola tem que pagar e quem não tem dinheiro que estude em uma escola que não ensina, sem biblioteca, laboratório, quadra e nenhuma estrutura. Essa realidade deixa cada vez mais claro que o ensino privado só existe com o peso que tem devido ao sucateamento completo do público. Uma escola pública com qualidade, que ensine e prepare o jovem para a vida, que seja atraente e que o aprove na universidade, diminuiria o ensino privado ao que ele é: uma herança da época em que somente os quem tinham dinheiro no bolso poderiam ter sucesso.

Nem mesmo esse cenário – com a crescente privatização da educação básica e, no ensino superior privado, as matrículas atingindo

impressionantes 73% das vagas - é suficiente para convencer o governo de que alguma medida deve ser tomada com urgência para corrigir esse rumo.

Diante dessa realidade, diversas entidades da área da educação, debateram e elaboraram propostas para um Plano Nacional de Educação, o PNE. Em 2010, o projeto foi enviado pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional. O Plano define e planeja as metas e investimentos necessários para a educação nos próximos dez anos.

O projeto enviado pelo governo previa que 7% do PIB fossem investidos em Educação. Atualmente esse índice é de 5%. No entanto, o texto não deixava claro que esse valor mínimo de investimento deveria ser investido na educação pública. Com isso, entidades estudantis, sindicatos e as entidades do setor da Educação, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, prontamente se mobilizaram para melhorar esse projeto, ampliando o valor a ser investido para 10% do PIB e vinculando esse investimento mínimo à educação pública. Depois de melhorado, o projeto foi aprovado e enviado ao Senado. Esse texto contava com o apoio de todas as entidades da educação. Porém, o apoio dessas entidades e a situação alarmante do ensino público em nosso país não foram suficientes para impedir o governo e alguns senadores de tentarem garfar essa grana. Com o apoio do governo, o Senado retirou a palavra PÚBLICA do texto, liberando a transferência de dinheiro público para escolas e universidades particulares.

Mesmo com a oposição das entidades, o projeto foi aprovado, e agora retornou à Câmara modificado, sob risco de todo o recurso destinado à educação ser deslocado para a educação privada. Por isso, a pressão e mobilização das entidades se intensificaram com o objetivo de garantir a verba para a educação pública!

### MAIS VERBA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Já ficou claro que a mobilização pode garantir importantes vitórias. Nesse mesmo projeto do PNE, os estudantes e entidades da Educação garantiram o repasse de recursos federais para os estados e municípios. Ou seja, a União será obrigada a repassar para estados e municípios o total necessário para se alcançar o valor mínimo do Custo Aluno Qualidade (CAQ) - valor mínimo a ser investido por aluno para se garantir qualidade na educação. De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com essa mudança, o repasse de recursos do governo federal para estados e municípios poderá passar de R\$ 9 bilhões para R\$ 46,4 bilhões.

Por isso, precisamos fortalecer a luta cada vez mais para garantir de vez que o financiamento público seja destinado à educação pública!

## APROVAÇÃO AUTOMÁTICA = IGNORÂNCIA CONTINUADA

A política de aprovação automática, que exclui do processo de ensino a autonomia e a autoridade do professor ao acabar com a exigência das avaliações, dos exercícios e da lição de casa, resultou em uma grave degeneração do papel da escola e, conseqüentemente, da qualidade do ensino público, pois, com o falso pretexto de acabar com a repetência escolar, a aprovação automática condena milhões de estudantes à ignorância, impedindo o seu aprendizado.

O que vemos na prática, ao contrário marketing da “redução da repetência escolar” são estudantes que, ao completarem os ciclos, não conseguem realizar operações simples de matemática ou interpretar um texto. Isso quando temos, em pleno ensino médio, colegas de classe que mal foram alfabetizados.

Sabemos que nas escolas particulares, principalmente as que têm os melhores resultados nos vestibulares e ENEM os alunos têm avaliações, boletim, exercitam o aprendizado em sala de aula e também em casa. Quer dizer, a tese de que a aprovação automática é boa serve apenas para as escolas públicas e não para as particulares.

E os resultados dos exames demonstram bem essa discrepância entre escolas públicas e privadas. No ranking do ENEM 2012, divulgado pelo Ministério da Educação em

novembro de 2013, entre as 100 escolas com as melhores médias 90 são escolas privadas.

A primeira escola estadual da capital paulista convencional que aparece no ranking é a Escola Estadual Maestro Fabiano Lozano, amargando o 4111º lugar.

Enquanto a média das privadas é de 571,17 pontos, as públicas paulistas, sem as técnicas, têm 487,9. No País, a diferença entre públicas e particulares sobe para 20,3%.

Segundo pesquisa feita pela APEOESP (Sindicato dos Professores de São Paulo), quase a metade (46%) dos alunos da rede estadual de São Paulo admite que já passou de ano sem aprender a matéria. A pesquisa aponta também que 94% dos pais, 75% dos alunos e 63% dos professores são contra aprovação automática.

Em nosso último Congresso, realizado em 2012, os estudantes de São Paulo aprovaram e definiram com bandeira intensificar a luta contra a aprovação automática.

E a nossa mobilização já está sendo vitoriosa. Após 21 anos de aprovação automática no município de São Paulo, a prefeitura acabou com esse mecanismo garantindo novamente o aprendizado completo aos estudantes. Agora, temos que ampliar ainda mais a nossa atuação para garantir que essa medida seja estendida também para as esferas estadual e nacional.

## ENSINO TÉCNICO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO E DO BRASIL

Nos últimos anos, temos acompanhado uma descaracterização cada vez mais acentuada do ensino técnico, que deixou de atender às demandas necessárias para o desenvolvimento do nosso país, e passou a significar apenas números fantasiosos em propagandas de realização do governo.

Em São Paulo, a situação vem se agravando ainda mais após anos de descaso e de uma política de submeter o nosso ensino aos interesses das corporações financeiras e administrativas, uma vez que é crescente o número de cursos voltados à área de “gestão”.

A estrutura das nossas escolas está cada vez pior, com a falta de laboratórios atualizados de química, física ou informática, sem falar a política de defasagem salarial dos nossos mestres. No último período, estudantes e professores das escolas técnicas realizaram uma forte greve contra essa situação, exigindo melhorias nas escolas, valorização dos salários e o plano de carreira dos docentes e funcionários, que estava paralisado desde junho do ano passado.

Não é essa a escola técnica, de cursos “cuspe e giz”, que São Paulo e o Brasil precisam. Precisamos investir na nossa tecnologia para desenvolver produtos eletroeletrônicos, na área automobilística, e tecnologias ainda mais complexas como nas áreas de prospecção de petróleo ou no setor de aeronáutica.

### PRONATEC: 85% DAS VAGAS ESTÃO NO ENSINO PRIVADO

A situação não está diferente no âmbito nacional. Nos últimos anos, o importante processo de ampliação dos cursos técnicos, implementado no governo Lula, que resultou na criação de 141 escolas técnicas, foi interrompido.

Além de interromper a expansão das escolas técnicas, intensificou a política de beneficiar o ensino privado através do Pronatec, que deixou de ser um mecanismo complementar para ser o principal meio de acesso ao ensino técnico, através de bolsas de estudo.

Neste ano, foram oferecidas 291.338 vagas. Desse total, 246.228 vagas, ou 85%, estão em instituições de ensino superior ou escolas técnicas de nível médio particulares, enquanto apenas 3,26%, ou 8.040, estão na rede federal de ensino e 37.070 são oferecidas pelo Sistema S de ensino.

Os cursos oferecidos pelo programa, muito pouco ou quase nada tem a ver com uma política de desenvolvimento. Para se ter uma ideia, entre os cursos oferecidos estão Adestrador de Cães, Assistente de Vendas, Atendente de Lanchonete, Balconista de Farmácia, Churrasqueiro, Motorista de Transporte Escolar.

Queremos um ensino técnico verdadeiramente comprometido com as necessidades do nosso povo, com o desenvolvimento de tecnologia de ponta para tornarmos-nos de fato um país independente, sem que precisemos importar tudo de fora.

## CPC-UMES: 20 ANOS FAZENDO A CULTURA QUE O BRASIL MERECE

Em 2014 o Centro Popular de Cultura da UMES (CPC-UMES) completa 20 anos de existência. Nesses 20 anos foram lançados mais de 100 cd's, produziu 7 longas e curta-metragens, já apresentou em seu teatro vários espetáculos teatrais premiados e elogiados pela crítica, há 10 anos, apresenta semanalmente o Cineclubes da Umes e realizou mais de 200 shows realizados em seu teatro "Denoy de Oliveira".

São obras de Excelência e Relevância cultural, que conseguem representar o Brasil em toda sua diversidade, com seus diferentes ritmos, jeitos, personagens e histórias. Tudo realizado com qualidade e trazendo para construir esse projeto conosco grandes nomes de nossa cultura, como Nei Lopes, Paulo César Pinheiro, Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Sivuca, Vianinha, Zé Renato, Denoy de Oliveira, Marcus Vinícius de Andrade, Beth Carvalho e outros.

Mas por que esse trabalho do CPC-UMES e também o trabalho de outros grandes nomes de nossa música, teatro e cinema, estão fora dos principais meios de comunicação? Por que vemos o que pior existe fora do país invadir a TV aberta, as rádios e cinemas de nosso país? E enquanto isso nossos filmes, músicos, compositores e diretores ficam escondidos do público e são impedidos de acessar esses espaços.

Teria isso ligação com o fato de Warner, Universal, Sony (Columbia e Metro), FOX, Disney e Paramount, controlarem 90% do que chega às telas de cinema? Ou então de 90% do que toca no rádio e na televisão (música americana e brasileira de baixa qualidade) serem lançamentos da Warner, Universal e Sony?

É claro que a dominação do mercado pelos monopólios estrangeiros é a raiz do pequeno espaço de nossa cultura. A esses monopólios interessa o controle do que passa e toca em nosso país, a eles interessa sufocar a produção de qualidade e diversificada que emana de nossas raízes e tradições. O espaço da cultura brasileira, latino americana, árabe, oriental, africana ou até europeia de qualidade é reduzido, caso contrário não existiria interesse em consumir a produção americana de segunda linha. É nosso dever enfrentar esses monopólios, permitindo que nossa cultura circule e que nossos artistas tenham condição de produzir e se aprimorar.

Mas, não seria exagero de nossa parte? Existem mesmo esses monopólios, com força e grana para sufocarem nossa produção? Consultem os dados abaixo e cheguem a sua própria conclusão:

**Time Warner Inc:** Além da Warner Bros., integram o conglomerado o provedor de serviços de internet AOL, o Netscape, o ICQ, os canais de televisão CNN, HBO, Cinemax, TCM, TNT, Cartoon Network (Hanna Barbera), a rede de televisão aberta The CW, a Time Warner Cable, as revistas Time, People, Sports Illustrated, Mad, Fortune e a DC Comics.

**NBC Universal Inc:** Controlada pela General Electric, é integrada pela rede de televisão NBC, estúdios da Universal, 10 canais de TV a cabo, entre os quais USA Network, Sci Fi, Bravo e Kids.

**Viacom:** Controla a Paramount, a DreamWorks e 30 emissoras de TV aberta nos EUA, entre as quais a CBS, além da MTV, VH1, M2, Nickelodeon, Showtime, TV Land, o canal Comedy Central e a Blockbuster - cadeia de venda e locação de DVDs, com 8.200 lojas em 26 países. Seu proprietário Summer Redstone também é dono da National Amusements, empresa que possui 1.600 salas de cinema, inclusive as 148 da UCI no Brasil.

**News Corporation Inc:** Inclui as operadoras de TV por assinatura Sky e Direct TV, o estúdio de cinema 20th Century Fox, a rede de TV Fox, a Dow Jones, o Wall Street Journal. Diz a lenda que seu proprietário, Rupert Murdoch, possui 789 empresas em 52 países.

**Disney Corporate:** É proprietária da Walt Disney Pictures, da Miramax Films, da distribuidora Buena Vista, da ABC - maior rede de televisão dos EUA. Também controla o Disney Channel, Jetix, History Channel, A&E Television, E! e a família de canais de esporte ESPN. Adquiriu a Marvel Entertainment por US\$ 4 bilhões.

**Sony:** Fabrica produtos eletrônicos, é proprietária dos estúdios da Columbia Tri-Star, da Metro-Goldwyn-Mayer e United Artists - ambos em parceria com a operadora de TV a cabo Comcast Corporation -, das gravadoras Sony Music e BMG, além dos canais de TV por assinatura Sony Entertainment Television e AXN. Em 2001 formou com a sueca Ericsson uma holding para a produção de telefones celulares com o nome Sony-Ericsson.

CPC-UMES APRESENTA:

PEÇA DE  
ODUVALDO VIANNA FILHO



OS AZEREDO  
*mais*  
OS BENEVIDES

### OS AZARADOS E OS BEM DE VIDA NO PALCO DO TEATRO DENOY DE OLIVEIRA

Com um elenco de 20 atores e estreia marcada para 9 de maio, o diretor João das Neves está montando no palco do Cine-Teatro Denoy de Oliveira a peça "Os Azeredo Mais Os Benevides", de Oduvaldo Vianna Filho.

A peça iria inaugurar o teatro da UNE, no ano de 1964. A trilha musical estava sendo composta por Edu Lobo, que já havia feito "Chegança", especialmente para o espetáculo. O golpe que depôs o presidente João Goulart impediu que isso acontecesse. O prédio da UNE foi incendiado na madrugada do dia 1º de abril.

Para encarar o desafio de trazê-la à luz, 50 anos depois, nada mais apropriado do que contar com o trabalho do diretor João das Neves, que no auge dos 80 anos de uma vida talentosa e coerente se lembra bem do dia em que teve que deixar o prédio da UNE que ardia em chamas. E montá-la no palco que leva o nome do multiartista Denoy de Oliveira, outro ex-integrante do CPC da UNE que estava lá naquela ocasião. A trilha musical iniciada por Edu Lobo foi completada pelo maestro Marcus Vinícius.

#### Ficha Técnica

Peça de Oduvaldo Vianna Filho  
Direção: João das Neves  
Música: Edu Lobo (Chegança); Marcus Vinícius  
Elenco: Chico Américo; Danilo Caputo; Emerson Natividade; Erika Coracini; Ermandes Araujo; Graça Berman; Guilherme Vale; João Ribeiro; Junior Fernandes; Leonardo Horta; Léo Nascimento; Marcio Ribeiro; Mariana Blanski; Paula Bellaguarda; Pedro Monticelli; Rafaela Pentead; Rebeca Braia; Ricardo Mancini; Telma Dias; Zeca Mallembah.  
Cenografia: João das Neves e Rodrigo Cohen  
Figurinos: Rodrigo Cohen  
Direção Musical: Léo Nascimento  
Assistente de Direção: Alexandre Kavanji  
Iluminação: Leandra Demarchi  
Cenotécnico: Edson Freire Vieira  
Assistente de Figurino: Arieli Marcondes  
Preparação Corporal e Orientação de Movimento: Alício Amaral e Juliana Pardo  
Produção: CPC-UMES

#### Sinopse

"Uma funda amizade/ aqui começou./ Um doutor de verdade/ e um camponês meu amor." Assim canta Lindaura, sublinhando o início da amizade entre o camponês Alvimar e Esperidião, um jovem e empreendedor senhor de terras. Uma amizade que vai sendo desmontada com o passar dos anos, por mais que os dois homens se obstinem em preservá-la.

**Ingressos:** R\$ 30,00 (meia-entrada R\$ 15,00)

**Horários:** Sextas e Sábados 21h; Domingos 20h

**Temporada:** 9 de Maio a 8 de Junho

#### CINE-TEATRO DENOY DE OLIVEIRA

Rua Rui Barbosa, 323, Bela Vista  
Tel: 11 3289-7475



Rodrigo Lucas Paulo - Presidente da UMES

Em toda a História do nosso país, os estudantes foram vanguarda nas lutas e mudanças sociais. No último período conquistamos a Lei dos Royalties do petróleo para a educação, aprovamos a Lei Federal de Meia-entrada. Agora é momento de fazermos história e aprovamos um PNE que tenha como prioridade a Educação Pública. É com isso que está comprometido o congresso da UMES, convocaremos a sociedade para, mais uma vez defendemos nossa pátria! Todos ao 23º Congresso da UMES.



Luana Paião Zeferino Ferreira  
Diretora da UMES

A falta de professores que existiu hoje não só na minha escola como em todas as escolas do estado de São Paulo, prejudica o ensino de todos os alunos que não conseguem aprender. Por nos alunos estamos unidos com os professores pelo piso nacional e por um salário de qualidades.  
"O professor é meu amigo mexeu com ele mexeu comigo"



Leonardo da Vinci Fonseca Ramos  
Vice-centro da UMES  
Estudante da E.E. Rodrigues Alves

Em todo o País existe um grande problema que condena milhões de jovens a ignorância que é a aprovação automática, ou seja, o aluno passa de ano sem saber ler escrever, apenas com a presença necessária no município já eliminamos esse sistema, mais no estado é necessário o fim da aprovação automática já!



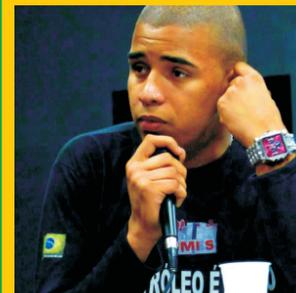
Thaisa Maria do Nascimento  
Presidente do grêmio "Óleo Negro" do E.E. Caetano Miele  
Diretora Departamento Feminino (UMES-SP)

Na minha escola nos não temos professores, nem estrutura Básica. Por falta de verbas, inclusive devido a isso temos laboratório de química, informática e biblioteca. Mas que os alunos não usam com frequência por não ter equipamentos adequados.  
Por isso o grêmio "OLEO NEGRO" do caetano miele quer os 10% do PIB para a educação PÚBLICA.



Tiago César dos Santos  
Diretor da UMES

Depois de 12 anos com a mobilização dos Grêmios e dos estudantes, conseguimos a aprovação da lei federal de meia entrada que assegura o direito dos estudantes ao acesso a cultura, esporte, lazer. Com isso acabamos com as fraudes, garantindo que os estudantes tenham o seu direito. Todos os Estudantes com a carterinha da UMES!



Marcos Kauê Ferreira de Queiroz  
Vice Presidente da UMES - Chefe de Região da Z. Leste  
Tesoureiro Geral do Grêmio Mutirão (Etec de Esportes)

Infelizmente o ensino técnico tem servido apenas como propaganda para o governo, já que a sua maioria não tem o equipamento necessário para o curso. Hoje o que mais tem sido discutido é que o ensino técnico tem que avançar, não pelo pronatec que é apenas curso de qualificação. Mas sim com uma escola técnica bem equipada e a serviço do país.